Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

ATA Nº 2 – TOMADA DE POSSE

Aos vinte e um dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e catorze minutos no auditório do Edifício de São Nicolau, sito na Rua Comércio do Porto, nº 7, no Concelho do Porto, no seguimento da respetiva instalação da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé. Miragaia, S. Nicolau e Vitória, que consta da ata avulsa do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e vinte e um, para o efeito elaborada a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, reuniu para os efeitos previsto no Artigo 9º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição dos vogais da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, mediante proposta do futuro Presidente da Junta;

2. Eleição da Mesa da Assembleia de Freguesia.

Presidente da Junta – Começa a sua intervenção por se dirigir aos Srs. membros da Assembleia, ao público presente. Informa que poer indicação da Direção Geral da Saúde não fazem este acontecimento como um evento, nem noticiam muito para não estarem presentes muitas pessoas, pois por indicação da mesma, não é aconselhável estarem muitas pessoas. Estão aqui para retificar um erro e esta Assembleia tem como O.T. "Eleição dos vogais da Junta de Freguesia da União de Freguesia de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, S, Nicolau e Vitória. Entretanto informa que tem em seu poder as renúncias ao mandato de João Rodrigues Gonçalves e de Delfina Pereira Raimundo Frias Madureira, ambos elementos do PSD. Aproveita para dizer que anates de prosseguir com a O.T. quer explicar a todos os presentes, esta situação. Por indicação da CCDRN, há um erro e prontamente teve uma reunião de líderes de partidos. De imediato ele se coloca à disposição de assumir o erro, de retificar, tudo bem e marca nova Assembleia para a tomada de posse. Demora algum tempo porque, entretanto, aconselha-se juridicamente para não cometer novos erros. Existe um acordo na Cidade de governabilidade com o PSD, como todas as pessoas sabem. No novo Executivo fazem irão fazer parte quatro elementos do Movimento Aqui há Porto-RM e três elementos do PSD, pois é com estes elementos que vão trabalhar e de seguida dá a palavra ao Sr. Ernesto Galego. ----------
Ernesto Galego (PSD) – Começa esta sua intervenção por se dirigir ao Sr. Presidente da Junta em exercício, aos elementos desta Assembleia, ao público presente e às colaboradoras presentes, pois a elas devem o facto de estarem aqui a trabalhar neste horário. Quer transmitir uma palavra muito breve e simples e que tem a ver com o que o Sr. Presidente da Junta aqui acaba de proferir. Afirma que no passado dia dezoito de outubro aconteceu a instalação do Órgão e na altura e no seu entender, bem, quer expressar o seu agradecimento à CDU por ter levantado o problema que a todos os presentes, de alguma forma, suscitou algumas dúvidas, mas que todos procuraram resolver e chegar ao ponto em que estão hoje aqui. Não é fácil porque opiniões jurídicas todos têm, mas têm de seguir como eles mandam e como mandam as regras. Daí só para dar satisfação e no que a isto diz respeito. O acordo que

o PSD viabiliza e que tem entendimento para a Cidade, é um acordo da Cidade. O acordo local, o acordo da Junta tem as suas especificidades e nessa altura, por ignorância, obviamente e daí o agradecimento à CDU por ter levantado a questão pois essa questão é partilhada por todos, sem exceção, por todos. Tiveram uma reunião informal com todos os líderes no sentido de tentar chegar ao melhor esclarecimento, um esclarecimento cabal que permitisse resolver toda esta questão. Aproveita para dizer e entende que é do conhecimento que também está dito na comunicação social que este problema que é levantado por esta Junta de Freguesia, já ultrapassa os próprios limites da cidade e do país porque este problema tem sido levantado em muitas freguesias espalhadas por Portugal. Se alguma coisa o satisfaz é estar hoje aqui e também ser parte da solução, da correção e deixar o problema para trás. Isto é só dar uma justificação. Quer dizer que tiveram algumas contrariedades na sua equipa, algumas delas graves, de doença, deseja que seja ultrapassada, outras delas por motivos profissionais e outras delas por impedimentos pessoais. Também não quer deixar de passar esta oportunidade de dizer que um dos novos elementos hoje está com Covid-19, pois está ele e a família. Essa pessoa não está aqui, não pediu a sua suspensão, está a faltar e faz falta à sua equipa. Não podem fazer de outra maneira porque é dessas vicissitudes e com o respeito também pela lei, porque ele não está aqui, porque está impedido de o fazer. A DGS não permite, pelo menos, até ao dia 4 de janeiro. Nesse aspeto é uma falha que o PSD tem neste momento e querem colmatar para a frente, mas quer deixar esta palavra porque há um sentido de compromisso, há um sentido de responsabilidade por parte do PSD na execução desta parceria que estão a fazer. Não é uma comunhão em regime geral de bens ou é uma separação de bens, mas isso só o tempo o dirá. O que têm é a certeza que vão tentar construir aquilo que é a melhor solução aqui para a freguesia dentro daquilo que lhes é espectável e que o seja com responsabilidade mais uma vez, tentam adequar e fazer aqui um casamento de equipa. Mais uma vez os seus agradecimentos aos problemas que foram aqui levantados, à discussão que foi tida e chegar aqui hoje, obviamente, todos eles solicitaram e têm pareceres, mas têm de seguir aqueles que os vinculam. Agradece e faz votos de bom trabalho. ----------

Presidente da Junta – Intervém só para salientar o seguinte: A irregularidade que é apontada a esta Junta de Freguesia, à sua Tomada de Posse e do Executivo, numa cidade onde existe um parceiro de governabilidade, que é o PSD, esta irregularidade acontece em 5 Juntas de Freguesia da cidade e muito mais no país, pois é uma prática que acontecia sem que se apercebessem que era uma irregularidade. A CDU chama à atenção, a CCDRN dá o Parecer e cá estão todos com disponibilidade para resolver. O único interesse que existe da sua parte e do Movimento Aqui há Porto-RM é governar a Junta e quanto mais se atrase o problema menos as pessoas conseguem trabalhar. O Único interesse aqui é o de fazer um bom trabalho. Esta não é a única Junta, o Centro Histórico não é o centro das atenções pois aqui é onde acontece tudo, é verdade. O que acontece aqui também acontece em 5 Juntas da cidade e em mais cidades espalhadas pelo país. De imediato procede à chamada dos membros da Assembleia: Fernando Oliveira, Ernesto Galego, Rui Cavalheiro, Mário Moutinho, Sandra Mondim e João Duarte Gonçalves. Aproveita para informar que o João Rodrigues Gonçalves envia carta de renúncia e para o substituir chama Matilde Maria Gomes Marques, tendo de imediato tomado posse. Retoma a chamada para chamar Verónica Veiga, Abílio Santos, Mário Machado Praça. De seguida informa que Delfina Pereira Raimundo Frias Madureira envia carta de renúncia ao mandato. Em sua substituição chama Tiago João Peixoto Fonseca, para tomar posse, o que acontece de imediato. De seguida retoma a chamada e chama Teresa Martins, Luís Godinho, José Teixeira, Vítor Vieira, Natacha Meunier. Informa que o Ricardo Jorge Loureiro Baptista envia uma carta e por motivo de doença com Covid-19, não pode estar presente e também Ângela Cintra. Esclarece que no caso de Delfina Pereira Raimundo Frias Madureira receberam várias cartas de renúncia e o nome na lista a seguir é o de Eduardo Vasconcelos dos Santos, que também envia carta de renúncia. Para o substituir chama o Tiago Peixoto Fonseca. Pede

desculpa porque existe alguma confusão, pois existem várias cartas de renúncia. Após efetuar a chamada e de concluir que estão os 18 elementos no Órgão representativo, com a falta do Ricardo que está com Covid, deseja que tanto ele como a família recuperem rapidamente. De seguida dá a palavra para intervir o Deputado Fernando Oliveira, do PS.----------

Fernando Oliveira (PS) – Antes de começar a sua intervenção quer apenas deixar aqui registado em nome da bancada do PS e solicita aos eleitos do PSD que transmitam ao Ricardo Baptista e à Delfina Madureira, os sinceros votos de rápidas melhoras de ambos. De seguida dirige-se ao Sr. Presidente da Junta e afirma que a Tomada de Posse ocorrida a 18/10/2021, pois já passam 2 meses. Foi pedido um Parecer à CCDRN sobre a forma como o Sr. Presidente da Junta decide dirigir os trabalhos no que concerne à eleição dos Vogais da Junta e da Mesa da Assembleia. A CCDRN emite um Parecer a 15/11/2021 em que aponta irregularidades e afirma expressamente que estes 2 atos de eleição têm de ser repetidos e de forma diferente daquela que é adotada pelo Presidente da Junta, pois já passa mais de um mês. Numa reunião convocada com todos os líderes de bancada, Mesa da Assembleia e o próprio Presidente da Junta, todos estão presentes. Realizou-se a 23 de novembro e faz na próxima quinta-feira, um mês. Nessa reunião fica decidido que se realizaria no próximo dia 10 deste mês de dezembro passado, esta reunião que hoje mesmo se realiza. Passados mais de 2 meses aqui estão para tentar resolver um berbicacho que é criado pelo Presidente da Junta. Ignora o Presidente da Junta os alertas aqui dados na Assembleia de Freguesia da Instalação. Ignora o Presidente da Junta tudo aquilo que é colocado e decidido na reunião já referida que se realizou a 23/11. Nesta altura, neste dia impunha-se que se esteja a discutir e a aprovar as grandes Opções do Plano e Orçamento. Outra falha grave que em nada dignifica e beneficia a freguesia, a sua população e os colaboradores desta autarquia. Não é, diz mesmo, dignificante. Como se isto não bastasse, o Sr. Presidente da Junta envia uma convocatória para esta reunião em que não diz se é ordinária ou extraordinária. Lembra o Sr. Presidente da Junta que reuniões ordinárias deste órgão são 4, aquelas que impõe a lei das Autarquias Locais. Todas as outras são extraordinárias. Por outro lado, nessa convocatória e no início do texto, logo no 1º parágrafo diz o Sr. Presidente da Junta e passa a citar: "Na qualidade de cidadão que encabeçou a lista mais votada"; fim de citação, para logo a seguir e no 1º ponto da O.T. afirmar e volta a citar: "Mediante proposta do futuro Presidente da Junta", fim de citação. Sobre isto convém dizer ao Sr. Presidente, que o Sr. neste momento e após o dia 18 de outubro é já o Presidente da Junta. Não é o cidadão da lista mais votada, nem sequer o futuro Presidente da Junta. O Sr. Presidente da Junta, de uma vez por todas tem de perceber que é um eleito local e por isso tem que gerir tudo o que diz respeito à autarquia, respeitando os requisitos e normas previstas no exercício das suas funções. Isto é uma autarquia, não é e com todo o respeito por quem trabalha em mercearia, não é a mercearia ali da esquina. Ninguém nasce ensinado e o Sr. Presidente não foge à regra. Portanto, Sr. Presidente da Junta se não sabe, pergunte e deve aconselhar-se com quem sabe. Fica a dica. Mas veja lá se não se aconselha com os mesmos que aqui defenderam e até roçaram o ridículo que a metodologia adotada pelo Sr. Presidente da Junta está correta, mas que se veio a verificar que não. As coisas são como são, de da vida. Mas tem de ser feito com elevado sentido de responsabilidade, não com incompetência e depois vir dizer que não o deixam trabalhar. Pela parte do PS querem que o Sr. Presidente trabalhe, mas que trabalhe bem, sem atropelos à lei e tendo sempre em conta o superior interesse da Freguesia e da sua população. Afirma que antes de começarem as votações, o PS solicita ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia um intervalo de 10 minutos. ----------

Presidente da Junta – Afirma na sua intervenção que tenta tirar as suas dúvidas com o Sr. Presidente da Junta de Campanhã que é do PS que também erra e faz nova Tomada de Posse. Este erro não é só nesta União de Freguesias. Informa que vão seguir a O.T. pois já lhe deu a palavra. Afirma que não está se refere a ninguém. Reafirma que tira as suas dúvidas com o Presidente da Junta de Campanhã que é do PS e fez nova Tomada de Posse porque também

existiram irregularidades. A Assembleia nem é ordinária nem é extraordinária. É uma Assembleia para a repetição da Tomada de Posse dos Vogais. Afirma que está instruído pelo seu advogado que esta Assembleia não é ordinária nem extraordinária. Se entenderem que não está bem… está aqui para tentar resolver e quer resolver. De seguida dá a palavra ao Deputado Fernando Oliveira, do PS.----------

Fernando Oliveira (PS) – Afirma que pouco lhe importa que em Campanhã, em Aldoar, seja lá onde forma, na China.----------

Presidente da Junta – Afirma que é PS, é muito fácil apontar o dedo ao Movimento quando o PS faz igual.----------

Fernando Oliveira (PS) – Afirma que a ele não lhe interessa que em qualquer outra freguesia se passe o que se passa. A ele interessa-lhe esta freguesia, que é a sua e pelo qual é eleito. Aproveita para fazer um reparo ao Sr. Presidente da Junta, pois há momentos refere como sendo a Freguesia do Centro Histórico. Entende que uma vez por todas devem dirigirem-se ou a falar no nome da Freguesia corretamente, pois não é Centro Histórico, é União de Freguesias de Cedofeita, Stº Ildefonso, Sé, Miragaia. S. Nicolau e Vitória. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que há uma precisão que o Sr. Presidente tem de fazer. O problema que ocorre nesta freguesia não é o mesmo que ocorre em nenhuma outra freguesia do Porto. Em nenhuma outra freguesia do Porto são eleitos 7 membros de um grupo político que só tem 6 eleitos. A única outra situação que conhece do género, localiza-se em Évora e está em Tribunal. Só para fazer esta precisão e depois agradece o poder informar quais são esses pontos. O que está a dizer é que estava indeciso se deveria intervir. Mas face ao que se trem passado desde o início entende que deve ficar frisado um conjunto de pontos. A um seu antigo vizinho e pai de colega de liceu costuma ser atribuída a frase: "A política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha". Descontado o facto de que o presumível autor era um vivo exemplo do universo e sequer ter sido certo dito por ele, é certo que a frase faz algum sentido. Por isso vem aqui recordar, que há pouco mais de 2 meses, a 18 de outubro, nesta mesma sala, é vaiado, é insultado e é intimidado apenas porque faz uma pergunta legítima sobre a base legal de um procedimento que lhe causava perplexidade. Desde a recusa do Sr. Presidente da Junta que de forma arrogante como lhe responde e que não tem de explicar nada, aos gritos de uma pessoa alheia a esta Assembleia, às acusações de querer estragar uma coisa bonita, de tudo se ouve aqui. Pessoalmente coisas piores são ditas, mas essa não ouve por motivos fisiológicos e ainda bem. A vida vem confirmar a razoalidade das dúvidas que evidencia. Por isso aqui estão apesar de 2 meses já se terem passado, a corrigir um procedimento profundamente errado e poderia ter acrescentado maiores problemas legais e financeiros há já muito difícil situação em que alegadamente esta União de Freguesias se encontra ao fim de 8 anos de maioria do Movimento Rui Moreira, apoiado 1º pelo PS e depois pelo PSD ao longo desse tempo. Frisa que é graças à CDU que mais uma vez problemas graves serão evitados. Ao recordar estes factos e ao citar aquela frase quer apenas deixar claro duas coisas: Primeiro a força política pela qual foi eleito e ele próprio não é intimidável com insultos, acusações, gritos ou mesmo agressões. Por isso recomenda que não gastem energias em tais atos inúteis, mas sim em cumprirem adequadamente o vosso mandato. Segundo: que a ética republicana e democrática, deve ser um imperativo quotidiano de quem tente cometer ilegalidades, deve ser prontamente combatido por todos, não apenas pela CDU. Espera não ter de voltar a usar esta tribuna para recordar estes simples factos. A CDU rege as suas ações sempre com o objetivo de servir as populações que representa e garantir a legalidade democrática. Por muito que haja quem tentar o contrário não os movem sentimentos pessoais, de simpatia, de ódio ou quaisquer outros. Move-lhes a vontade férrea de tudo fazer para melhorar a vida das pessoas, de respeitar as opiniões alheias, mas também as denunciar quando são erradas. Estamos à altura das responsabilidades que nos são confiadas. É por isso hora de comprovar ao que vêm os atuais eleitos que tanto se tentam distanciar dum passado

próximo de triste memória como se nada tivesse nada a ver com ele e com as malfeitorias praticadas. E uma primeira e talvez única oportunidade de efetivamente se distanciarem dessas ignomias está ao alcance imediato da presidência da Junta e retirar a infame queixa-crime efetuada ao seu camarada Carlos Sá aqui presente. Um cidadão de corpo inteiro que dedica muito da sua vida, ao seu saber ao serviço das populações sem nunca procurar qualquer benefício pessoal. O anterior Presidente da Junta, usando em proveito próprio o seu cargo em meios públicos e para afastar tensões dos seus comportamentos abjetos tenta sujar o nome de Carlos Sá com uma queixa-crime que obviamente terminará arquivada. Mas enquanto durar constitui uma nódoa inadmissível no seu nome. É esta a razão que o leva a invocar aquela frase e passa a citar: "saber que ética e que valores professam os novos responsáveis desta autarquia", fim de citação. Afirma que fica a aguardar. ----------

Presidente da Junta - Agradece a intervenção do Sr. Deputado Vítor Vieira da CDU. Informa que a pedido do PS, é concedida a interrupção dos trabalhos por 10 minutos e de seguida é feita a votação para os vogais da Junta. Após o reinício dos trabalhos informa que vão dar continuidade à O.T. Mas antes de prosseguir quer agradecer às quatro colaboradoras aqui presentes: Fernanda Barreira, Fernanda Isabel, Rute Sousa e Ana Maria, pois a Junta de Freguesia deve muito às funcionárias e colaboradoras pois veste a camisola e é o 1º a defendê-las. Informa que antes de prosseguir, recebeu um e-mail do Ricardo Jorge Loureiro Baptista que está infelizmente em casa por motivo de doença, com Covid, bem como toda a família e a Delfina também está doente e deseja as melhoras para todos, mas o Ricardo faz chegar a informação que aceita o seu convite para subir ao Executivo. Mesmo não estando presente vai à eleição para vogal da Junta de Freguesia. Como se ninguém se opôs, de imediato lê os nomes: Lista A, única lista a votação e cujos nomes são os seguintes: Rui Pedro da Silva Cavalheiro, Verónica Marta Stuve Veiga de Faria, Ângela Maria Fangueiro Cintra, Ricardo Jorge Loureiro Baptista, Matilde Maria Gomes Marques e Tiago João Peixoto Fonseca. Esta é a Lista A colocada a votação. De seguida informa que vai chamar os Srs. Membros da Assembleia por ordem e colocam na urna o boletim de voto. Afirma que surge a dúvida, mas não está mal, é um Parecer da CCDRN e desta vez faz cumprir escrupulosamente o que a CCDRN diz. De seguida chama os líderes das bancadas partidárias para lhes falar. Afirma que está aqui para tentar resolver e vai fazer tudo direito conforme a CCDRN manda. Para o público presente, vai falar sobre as dúvidas que existem. Informa que foi distribuído um boletim de voto em que diz "Lista A", tem uma cruz a favor, somente. A dúvida é não ter um quadrado para dizer não. Eleição dos Vogais: "A 1ª reunião da Assembleia de Freguesia inicia-se com a eleição entre os seus membros dos vogais que vão integrar a Junta de Freguesia, efetua-se mediante a apresentação proposta pelo cidadão que tiver encabeçado a lista mais votada, o futuro Presidente da Junta que neste caso, ele próprio, já é Presidente da Junta porque já tomou posse. De facto, o cidadão que tiver encabeçado a lista mais votada é apenas a ele que compete apresentar uma proposta em que constem os nomes dos vogais que são eleitos entre os membros da Assembleia de Freguesia por escrutínio secreto. Só essa proposta é que é votada pela Assembleia através de uma formulação de votos a favor, brancos ou nulos, tendo o cidadão melhor posicionado na lista vencedora, nas eleições, o direito a votar. Esta deliberação é tomada à popularidade de votos não contando, para o efeito, a abstenção. Imediatamente e após a eleição dos vogais, procede-se à substituição dos membros. É um Parecer da CCDRN é um guia prático, nem é um Parecer. Retiradas as dúvidas, pergunta se alguém pretende questionar algo sobre este assunto. A lista fica anexa à Ata e de seguida efetua a chamada dos elementos que compõem a Lista A e que são os seguintes: Rui Pedro da Silva Cavalheiro, Verónica Marta Stuve Veiga de Faria, Ângela Maria Fangueiro Cintra, todos eles do Aqui há Porto-RM. Do PSD, Ricardo Jorge Loureiro Baptista, Matilde Maria Gomes Marques e Tiago João Peixoto Fonseca. De seguida dá a palavra à Deputada do B.E. Teresa Martins. ----------

Teresa Martins (BE) – Afirma que após a conversa com a Deputada Natacha, do PAN, é que chega aqui. Foi entregue o papel e leram. Na nota 35 diz o seguinte e passa a citar: "A votação pode ter lugar através de boletim de voto do qual constem os nomes das pessoas propostas, sendo consideradas da seguinte forma:", fim de citação. Podem acordar que podem prosseguir assim. Agora o que diz é que no boletim tem de estar o nome das pessoas ou então entende que pode estar com problemas de interpretação. ----------

Presidente da Junta – Afirma que é distribuída uma lista com os nomes, para não existirem dúvidas.----------

Teresa Martins (BE) – Informa que para ela não faz questão, mas é só para dizer que efetivamente não está tudo, dão um papel e têm de ler.----------

Presidente da Junta - Nesta sua intervenção pede desculpa e afirma que estão aqui para tentar resolver. Ao existir dúvidas esclarecem e vão resolver. Se é a falta dos nomes, distribuem a folha. Informa que a sua intenção de distribuir os papéis é para clarificar o que está a fazer. Uma vez que a Deputada chama à atenção e bem da situação, também não existe problema. Agradece imenso este alerta e para a próxima já terão este cuidado. Então, como primeiro elemento da lista mais votada, a seguir efetua a chamada: António Fernando Silva Oliveira, Ernesto Paulo Preto Galego, Rui Pedro da Silva Cavalheiro, Mário Augusto Sousa Moutinho, Sandra Maria Ribeiro Mondim, João Duarte Gonçalves, Matilde Maria Gomes Marques, Verónica Marta Stuve Veiga, Abílio Pereira dos Santos, Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Tiago João Peixoto Fonseca, Teresa Marisa Alves Martins, Luís Rocha Pires Mendes Godinho, José António Teixeira, Vítor Vladimiro Cardoso Vieira, Natacha Gambini Doria Meunier, Ricardo Jorge Loureiro Baptista que não está presente, Ângela Maria Fangueiro Cintra. Afirma que devem estar 18 votos. A votação é a seguinte: 9 votos a favor e 9 votos em branco. Informa que é aprovada a nova lista de Vogais da União de Junta. Solicita aos novos membros do Executivo para se sentarem na respetiva Mesa. De seguida efetua a chamada para os novos membros da Assembleia que tomam posse e que são os seguintes: Augusto Artur Saldanha, Gianpiero Freire Zignoni, Maria Inez Rocha Barata da Rocha Gagliardini Graça, Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto e António Miguel da Costa Cardoso Antunes. Informa que foi recebida mais uma renúncia de mandato de Maria Gabriela Caldas Machado e de Maria da Conceição Cabral Salgado Rodrigues. Para sua substituição é chamado o seguinte elemento: Nuno Rodrigo Carvalho Fernandes. Informa que também receberam uma renúncia de mandato de Maria Amélia Machado Pereira Arcos. Em sua substituição chama para tomar posse Inês Pires Moreira. Neste momento está composto o Órgão da Assembleia. ----------

De seguida passa de imediato ao Ponto nº 2 da O.T. que é a Eleição da Mesa da Assembleia. Pergunta se algum Sr. Deputado tem lista para apresentar. É proposta uma lista, a Lista A cuja proposta para Presidente da Mesa da Assembleia é Ernesto Paulo Preto Galego, do PSD, para 1º Secretário Mário Praça do Aqui há Porto-RM e 2º Secretário Maria Inez Graça, do Aqui há Porto-RM. De seguida pergunta ao Sr. Abílio se tem alguma lista para apresentar. Como não apresenta, só existe uma lista a votos. Tem o boletim de voto que diz Lista A e se é a favor ou não é a favor. Constata que o Sr. Abílio tem um entendimento, mas ele próprio tem o entendimento do Parecer da CCDRN. De seguida dá a palavra à Deputada Teresa Martins, do B.E.----------

Teresa Martins (BE) – Afirma que a sua questão tem a ver precisamente com o Parecer da CCDRN em relação ao Executivo e a pergunta é a seguinte: se é possível eleger para a Mesa uma pessoa que vem em substituição, uma vez que segundo o Parecer da CCDRN esse era o problema para o Executivo, pois era ter mais elementos do Rui Moreira do que tinham sido eleitos para o Executivo. A outra questão é que algumas pessoas que estavam a ser propostas para o Executivo não tinham sido diretamente eleitas pelo sufrágio nas eleições. Entende que ou ela própria escreve mal, mas acha que não mas pensa que a pessoa que está para 2º Secretário Maria Inez Barata da Rocha Gagliardini está a substituir. ----------

Presidente da Junta – Informa que uma coisa é o Executivo, outra é a eleição da Mesa. Afirma que não tem a certeza.----------

Teresa Martins (BE) – Informa que só está a perguntar, pois é para ver se não acontece o mesmo filme.----------

Presidente da Junta – Afirma que têm de fazer a substituição dos elementos que sobem ao Executivo e passam a efetivos. Logo a Mesa é eleita entre o Órgão Representativo. O que acontece é que fez uma eleição uninominal e substitui um a um e entraram pessoas que estavam a substituir entraram para o Executivo. Essa é a irregularidade. Neste momento formado o Órgão Executivo, é recomposta a Assembleia, é eleita a Mesa. Afirma que está aqui para tentar resolver. ----------

Teresa Martins (BE) – Afirma que não sabem, não quer que se repita. ----------

-**Presidente da Junta - Afirma** que se os 6 elementos do Rui Moreira fossem para o Executivo, ficava sem elementos do Movimento Rui Moreira na Assembleia. Então não teria ninguém para eleger para a Mesa. ----------

Teresa Martins (BE) – Afirma que se têm a certeza absoluta. ----------

Presidente da Junta – Informa que agora estão automaticamente eleitos. Está aqui para resolver. De seguida dá a palavra ao Deputado Vítor Vieira, da CDU. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Intervém para fazer um esclarecimento muito rápido. Em relação a esta questão do boletim de voto é um problema que se repete muitas vezes, mas a verdade é que não há nada que seja contra, mas também não existe anda a favor. Afirma que pode ser feito assim, ou seja, um boletim de voto em que apenas é possível votar a favor, ou nulo ou branco. Não existe a possibilidade de voltar contra. É um problema que se passa em vários sítios. Lembra que o Dr. Fernando Negrão quando é eleito Presidente do Grupo Parlamentar do PSD teve 38 votos a favor, se a memória não lhe falha e 32 brancos porque ninguém pode votar contra. Houve muito sururu por causa disso. Na Assembleia Municipal de Lisboa, o Regimento prevê que o boletim de voto tem que ter a possibilidade de terem de votar a favor ou contra quando é o caso. Quando é uma lista única, uma pessoa, etc. O não existir no Regimento nenhuma previsão específica e enquanto a lei não for mudada, isto é possível. Não devia ser, mas é. Neste aspeto não tem nada a objetar quanto à forma como se processa, porque isso não altera nada. Aquilo que realmente alterara a realidade da legalidade democrática, é o de uma força política que elege 6 e depois ter 7 no Executivo. Isso é absolutamente possível, deem as voltas que derem. É esse o problema central. É colocado quando solicita e é preciso pensar que quando vem aqui perguntar o que é que se passa, não lhe parecia que aquilo estava a respeitar a lei, é-lhe recusada qualquer explicação. Mas no final já das votações em que a CDU já não participa, apresentam um papel que nem sequer diz o que exatamente o que é e a partir do qual consegue descobrir um Parecer da CCDRN que é aquele que mais tarde é usado, parece indicar a possibilidade de ser possível, mas que oferece dúvidas. Afirma que não foi a tempo de participar na votação, mas depois de calmamente, solicita esclarecimento através da Mesa da Assembleia. Como mandam as regras para que a CCDRN possa esclarecer aquele parecer, porque aconteceu uma eleição com substitutos e houve um acréscimo de representantes. A CCDRN diz que não havia nada a esclarecer, mas pelo contrário, existe um problema grave que são 7 pessoas, quando só elegem 6. Esse é que é o problema central. Depois, por acréscimo, o facto de serem eleitos pessoas que são substitutos. Acontece aqui, acontece no Bonfim e em Campanhã. Esta situação também acontece em duas Freguesias de Évora, mas aí também como é o caso, nessas duas Freguesias de Évora, a força política tem 4 eleitos e mete 5 na Junta. Esses processos estão em tribunal. Isto é um problema de respeitar o voto das pessoas porque pode acontecer que a força política maioritária tiver 4 eleitos e todos os outros tiverem 3, o Presidente é daquela força política, mas são precisas 7 pessoas para o Executivo e por algum motivo aquela força, que só tem 4, mete 7, o princípio é o mesmo. Isso é inadmissível. Se são 6, é com 6 que fica. ----------

Presidente da Junta – Agradece ao membro da Assembleia. De seguida efetua a chamada dos membros que podem votar e que são os seguintes: António Oliveira, Ernesto Galego, Artur Saldanha, Mário Moutinho, Sandra Mondim, João Gonçalves, António Miguel, Gianpiero, Abílio Santos, Mário Praça, Nuno Fernandes, Teresa Martins, Luís Godinho, José António Teixeira, Vítor Vieira, Natacha, Inês Pires Moreira, Maria Inez e Alexandre Pinto. São 19 votos. Após a sua contagem, verifica-se a seguinte votação: 10 votos a favor e 9 votos em branco. De imediato dá posse ao 2º Secretário da Mesa Maria Inez Graça-. De seguida chama o 1º Secretário da Mesa, Mário Praça e de seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, o Sr. Ernesto Galego, do PSD. ----------

Presidente da AF – Nesta sua intervenção convida os eleitos a ocuparem as cadeiras mais da frente. Para dar seguimento e para não perder tempo, pois o tempo é algo que lhes faz falta. Informa que a convocatória para a Aprovação das Opções do Plano e Orçamento das Atividades e Contas para o próximo ano, urge ser feito o mais urgente possível. Nesse sentido vão fazer circular a Convocatória. Solicita às colaboradoras para entregarem a Convocatória para o dia 30, da próxima semana. Informa que, neste momento estão em cima do acontecimento, e com pouco tempo disponível para fazer com protocolo. Ao entregar já as Convocatórias, pede desde já a compreensão de todos porque vão fazer chegar também a documentação por e-mail e posteriormente entregar também via protocolo a cada membro da Assembleia no mais curto espaço de tempo. Enquanto se entrega as Convocatórias, concede a palavra ao Deputado Fernando Oliveira, do PS.----------

Fernando Oliveira (PS) – Intervém só para falar sobre um pormenor, mas que tem alguma importância. Recebem a convocatória que agora está a ser distribuída, mas existe algo aqui que não pode ser deixado em claro. O Sr. Presidente da Assembleia é eleito hoje, há pouco, mas a Convocatória já estava assinada. ----------

Presidente AF – Pergunta se o vão crucificar por isso. Afirma que não esconde nada. Se não fosse eleito, não era entregue, era papel gasto. De seguida autoriza a intervenção do Deputado Luís Godinho. ----------

Luís Godinho (Aqui há Porto-RM) – Começa a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. De seguida afirma que pede a palavra, mas está em dúvida se deve falar ou não, mas acha que se impõe, pois, esta Assembleia decorre com alguns percalços. Dá uma 1ª palavra porque estão hoje reunidos para repor a legalidade deste processo que já está reposto com a eleição do Executivo e a Mesa da Assembleia. Todos sabem que a forma de eleição do Executivo e da Mesa da Assembleia passada resulta de uma prática comum e como já foi referido, uma prática em outras freguesias do país e outras freguesias do Porto. Nunca foi intenção deste Presidente ou dos membros desta Assembleia que também aceitaram durante a Assembleia passada que assim se fizesse, excetuando 2 membros, nunca é intenção de violar a lei. Entende que este assunto tem de estar claro aqui. Por iniciativa da CDU, que passa da dúvida à ação, pois pede um Parecer à CCDRN relativo ao procedimento a adotar. Hoje essa dúvida está desfeita, surte um efeito não vinculativo sobre uma lei ambígua e ainda hoje está pouco clara e aqui estão responsavelmente todos a repor a legalidade para que não restem dúvidas e para que finalmente o Executivo possa cumprir com a sua missão, pelos nossos fregueses e pela nossa freguesia. Mas não tenham dúvidas quanto ao motivo deste ato político. A CDU age apenas e só por politiquice. Pergunta quais as consequências deste manto de suspeição, de irregularidade que a CDU quer lançar sobre as freguesias do Porto e em concreto sobre a nossa. Será quem em algum momento pensam no interesse dos nossos fregueses? Será que salvaguardam os interesses dos nossos funcionários? A resposta é claramente não. Neste momento pede desculpa ao Sr. Presidente da Mesa, mas entende que tem de falar. Desde que o Parecer da CCDRN é tornado público em 12 de novembro, o Executivo esteve manietado, pois os seus atos de gestão poderiam estar em causa. Uma Junta de Freguesia que todos sabem estar perante uma emergência financeira, que precisa de

equilibrar as suas contas, que precisa de união e trabalho, tem este presente de um partido que se diz responsável, mas apenas deseja espalhar o caos e destabilizar o Executivo para que com isso retirar dividendos políticos. Sim, a deslealdade com esta Assembleia e consequentemente com todos os fregueses é patente quando na véspera da já convocada reunião informal com todas as forças políticas aqui representadas para que se discuta como proceder perante o Parecer da CCDRN, a CDU publica e envia uma nota à Imprensa para dar conta do que estão a fazer. Puro oportunismo político. Se dúvidas restassem sobre o real motivo, pede para olhar sobre o que se passou na Foz. O PCP no ímpeto de semear a confusão, acena com a Lei da Paridade e exigiu a repetição da eleição do Executivo. Hoje o Executivo tem 3 mulheres e 4 homens. As mulheres estão menos representadas e tudo graças às diligências de ações irresponsáveis da CDU. Caros membros: estas atitudes não o surpreendem, mas são merecedores de nota. Sabem todos ao que vem a CDU e todos conhecem o resultado do comunismo posto em prática pelo mundo fora. Está certo que não são estas ideias nem este modo de proceder que querem na nossa freguesia. Está certo que o nosso Presidente Nuno Cruz lutou durante este período de agitação e lutará sempre pelo interesse dos nossos fregueses e da nossa freguesia. Por isso, pelo Centro Histórico, pelo Porto e por Portugal sejam construtivos e vamos trabalhar.----------

Presidente AF – De seguida autoriza a intervenção do Deputado Mário Moutinho, do B.E.-------

Mário Moutinho (BE) – Informa que não era para vir falar nesta altura mas a anterior intervenção faz com que tenha vontade de o fazer. Entende que todos precisam, nesta freguesia, bem como noutros locais onde estejamos a trabalhar e estão em funções públicas, têm de o fazer com dignidade, com inteligência o que nem sempre aconteceu no passado desta União de Freguesias. Espera que este novo mandato não continue esse baixo nível de intervenções que só transformam este órgão em algo que a população não pode aceitar nem aceita de certeza absoluta. Não defende, como é evidente, era o que faltava aquilo que é dito aqui em relação à CDU. Tem muitos anos de prática política e muitas controvérsias e muitas posições diferentes à da CDU, como tem em relação ao PS, como tem em relação aos outros partidos, mas sempre trabalha com todos eles duma forma leal, olhos nos olhos. Fizeram uniões e trabalharam em conjunto sempre que era possível e que sempre fosse necessário. Para isso é preciso inteligência e dignidade. Se não tiverem não estão aqui a fazer nada, bem pelo contrário. Posto isto, quer referir o que a CDU faz na última Assembleia é extremamente importante para retificar uma ilegalidade. Eles próprios no Bloco que não acompanham o protesto da CDU da mesma forma a partir da altura que percebem o que está a acontecer, abstêm-se na votação e passam a votar contra. É evidente que têm muitas dúvidas sobre o que está a acontecer e depois acompanham todas as outras forças políticas que manifestam a preocupação da CDU e acompanham-na. Afirma que são todos, exceto o Movimento Rui Moreira. Já que está a usar da palavra quer dizer que reposta a legalidade com o Executivo eleito e mandatado para iniciar as suas funções, o BE só lamenta que tenha tardado tanto arranjar esta solução, resolver esta irregularidade criada na Assembleia do dia 18 de outubro. Quer deixar claro que o Executivo agora eleito e as forças políticas que o sustentam não apresentam pelo seu passado histórico na Cidade do Porto, propostas capazes de resolverem os graves problemas que enfrenta esta União de Freguesias como enfrenta a Cidade do Porto. Para o Bloco isto é muito claro. Mas de qualquer forma não deixam de representar um universo resultante das últimas eleições autárquicas o que não acontece na composição do anterior Executivo, que estava erradamente em funções. De seguida dirige-se ao Sr. Presidente da Junta e para o Bloco é necessário que o Presidente seja criterioso na escolha dos seus consultores políticos, mesmo criterioso para evitar futuras situações como aquelas que viveram nos últimos 2 meses. Afirma que foi referido aqui, mas é importante lembrar que talvez não seja muito conveniente que aqueles juristas que em plena Assembleia do dia 18 de outubro gritam a afirmar e passa a citar: “Falem comigo que sou jurista”, fim de citação. Afinal

não valia a pena falar porque estava errado, como se prova e cria toda esta situação e por muito liberal que seja esta atitude, ela é absolutamente inconsequente e prejudicial para o Executivo e para o Sr. Presidente. Afirma que é um conselho que dá. O Bloco de Esquerda faz uma posição firme e responsável, não deixa de apresentar propostas como de resto sempre o faz, de votar a favor sempre que o Executivo propuser soluções que tenham em conta a qualidade da vida das pessoas e as suas necessidades. De votar contra sempre que se violem direitos fundamentais que a transparência dos atos de gestão não seja clara ou o apoio cego à política municipal seja contrária aos legítimos direitos da população desta União de Freguesias. Dito isto, afirma que importa terem presente que todas as decisões do Executivo que esteve irregularmente em funções, estão feridas de legitimidade, sendo por isso, nulas. Têm de saber claramente o que foi feito neste período. Nesse sentido vão entregar ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia uma requisição para que lhes sejam facultadas todas as atas das reuniões do Executivo que esteve irregularmente em funções, desde o dia 18 de outubro de 2021 para após a análise das mesmas e se tal for necessário requerer ao abrigo do disposto na Lei e no Regimento em vigor, uma Assembleia de Freguesia Extraordinária para discussão do assunto. Estão dispostos a conversar sobre todas estas questões como sempre. Quer apenas dizer que já têm aqui uma Convocatória para discutir o Plano e o Orçamento e pela parte do B.E. não sabe se as outras forças políticas tiveram a oportunidade de o fazer, por parte do B.E. não tiveram a oportunidade de darem a sua participação, os seus contributos, as suas ideias para que esta autarquia possa efetivamente trabalhar em prol da comunidade que diz servir e efetivamente estão aqui para servir essa comunidade.----------

Presidente da AF – Intervém para autorizar a intervenção do Deputado Fernando Oliveira, do PS.----------

Fernando Oliveira (PS) – Afirma que não fora a intervenção do eleito do Movimento Rui Moreira aqui proferida há pouco, não tinha intenção de falar. Porém e perante tal ataque que considera mesmo indecoroso, uma intervenção vergonhosa, feita por um elemento do Movimento Rui Moreira, que em nada dignifica este órgão. Solicita ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para que se não voltem a repetir episódios lamentáveis como no anterior mandato de quando assim for e sempre que seja necessário possa intervir no sentido de se mesmo que tiver de tirar a palavra a alguém, pois que o faça. Não é com intervenções destas que se dignifica este órgão. Está reposta a legalidade e se o Sr. Deputado não gosta, tem de se habituar.----------

Presidente da AF – Intervém para autorizar a intervenção do Deputado João Gonçalves, da CDU.----------

João Gonçalves (CDU) – Começa a sua intervenção por dizer que depois de reposta a legalidade que desnecessariamente se incorreu por exclusiva responsabilidade do grupo Rui Moreira e PSD e assim lamentavelmente perdidos 2 meses, é altura de avançar decididamente. Reiteram que esta questão da legalidade mais do que uma questão de legalidade colca a questão democrática. Recorda aquilo que é uma questão que o próprio Presidente da Junta levanta na sessão anterior, como é que se pode formar um Executivo de 7 pessoas e com 6 eleitos na Assembleia. Aquilo que para a CDU é uma submersão da democracia como o camarada Vítor explica anteriormente, levanta uma dúvida legal. Que seja necessário um parecer jurídico para evitar esta manobra, apenas a quem ela recorre se pode responsabilizar, seja nesta União de Freguesias, seja nesta cidade outras Uniões ou em qualquer parte do país. Aos eleitos da CDU mais uma vez podem as populações contar para a defesa da democracia e da regular intervenção das Instituições que a formam. Se esta situação dificulta ou atrasa o trabalho do Executivo desta Junta, apenas aos seus intervenientes se deve. E aqui passa para reiterar que mantêm o compromisso de analisar as diversas propostas, dar particular importância ao seu conteúdo, não à sua proveniência de votar as mesmas, de acordo com princípios programáticos que os elegem. Reiteram a recomendação do Presidente da Junta,

por inerência, membro da Assembleia Municipal de não se esquecer que naquele local deve defender os interesses da freguesia e não ser meramente um capataz político da maioria camarária junto destas freguesias. Recordam que no passado dia 3 apresentam a solicitação do Sr. Presidente da Junta um conjunto de propostas quer para execução direta da Junta quer para reivindicar junto da CMP e outras instâncias. São elas: sobre equipamentos, reabertura e dinamização das creches encerradas nos anteriores mandatos, nos sanitários e balneários ainda encerrados. O reforço deste tipo de equipamentos na chamada Zona da Movida e o apoio a pessoas sem abrigo, do ginásio e posto de enfermagem de Miragaia, da Ludoteca da Ribeira, da cantina e lavandaria da Bainharia. Sobre o pessoal, a definição urgente e a atribuição com retroativos a partir de janeiro de 2021 o suplemento de penosidade e insalubridade que a Junta está obrigada legalmente a pagar aos Assistentes Operacionais a quem se aplica como já é referido na recomendação apresentada pela CDU no anterior mandato e que merece aprovação sobre cultura e lazer, planos de animação dos Coretos do Marquês, São Lázaro e Cordoaria, promover a instalação de um parque infantil na proximidade do Marquês, associado à dinamização da Biblioteca Popular de Pedro Ivo recuperada no seguimento das propostas da CDU sem prejuízo de virem a ser consideradas outras localizações. Fala ainda de outras propostas desde já promover ao inquérito piloto por amostragem sobre a pobreza energética na União de Freguesias que aponte prioridades e soluções. Reivindicar junto da CM e na Assembleia Municipal rápida requalificação do Jardim da Praça da República e julgam que ficou claro um conjunto de aspetos. A CDU respeita e exige respeito pela legalidade democrática e constitucional e rejeita quaisquer entorses sobre quaisquer pretextos que se pretende infringir. A CDU está sempre aberta ao diálogo construtivo e leal. Rejeita atitudes de prepotência, de arrogância como aqui presenciam. A CDU não faz oposição de terra queimada. Prepara-se, estuda, critica e propõe, dá o seu melhor contributo para que a autarquia funcione de forma acertada, eficiente em prol da qualidade de vida e da defesa dos direitos das populações. Recordam também que depois de 8 anos de uma desastrosa gestão Rui Moreira, com apoio ora do PS ora do PSD era altura de haver uma correção de rumo. Porém o que acontece a 18 de outubro quer o facto de o Sr. Presidente da Junta ter decidido recentemente ter divulgado à comunicação social uma alegada má situação financeira da autarquia, em vez de o fazer primeiro de forma sustentada, documentalmente junto desta Assembleia que representa a população, é um mau sinal. Indicia lamentavelmente que podemos assistir num futuro próximo a novos sinais de prepotência e de arrogância que em nada contribuem para levar a autarquia para o caminho melhor que esperam os que os elegem. Anunciar como fez o Sr. Presidente há dias, medidas em que se baseiam nas propostas apresentadas no dia 3 ou dizer que vai rentabilizar os espaços da Junta passa a encontrar parcerias com IPSS, possam gerir espaços, como creches, Centro de Dia e ATL´S, pagando uma renda e também com funcionários cujos salários passam a ser pagos pela Segurança Social. Criar um espaço para recolha de artigos usados que depois são vendidos para angariar fundos para famílias necessitadas. O Mercado São Sebastião e ainda afirmar que tem todo o apoio da Câmara do Porto levanta séria dúvidas sobre a compreensão deste Movimento e do Sr. Presidente sobre o que é uma autarquia. Quais os constrangimentos legais a que está sujeita e até a uma continuação de uma antiga e legalmente duvidosa estratégia do Movimento, utilizar verba do município para salvar a ação dos seus representantes como já aconteceu anteriormente com a aquisição do edifício do património da Junta de Freguesia para depois nada fazer com ele. Apenas interessa dar dinheiro aos seus acólitos para acorrerem aos prejuízos da sua má gestão, ou nada fazer para controlar a aplicação de cem mil euros do chamado Orçamento Colaborativo que são usados noutros fins, ou retirar, voltar a dar, retirar de novo e de novo dar a confiança política ao anterior Presidente da Junta, sabendo a gravidade dos atos que este cometa e o caos que criava nesta União de Freguesias. Entendem que é necessário que exista mais transparência, apresentam hoje um Requerimento a solicitar

cópias das gravações feitas na sessão de 18 de outubro e outro para que as Minutas de Atas e Atas do Executivo que irregularmente funcionou nestes dois meses, sejam presentes aos membros da Assembleia e que as futuras sejam enviadas imediatamente após a sua aprovação, para que possam exercer efetivamente as suas funções. Nestes oito anos nunca foram dadas a conhecer, quer atas e muitas minutas de pouco ou nada sabem. Afirma que vão manter sempre uma grande e crítica atenção no que se vai passar na União de Freguesias. Incitam o Sr. Presidente e a maioria que o apoia a arrepiar caminho, a abandonar esta via de arrogância e de confrontação e optar pela via da legalidade democrática, afastando-se dos caminhos que foram seguidos ao longo destes últimos oito anos. Ainda vai a tempo, mas este é escasso. Termina a sua intervenção e agradece. ----------

Presidente da AF – Pergunta se mais algum Sr. Deputado pretende intervir. ----------

Presidente da Junta – Intervém como Presidente e afirma que ouve com muita atenção. Agradece à CDU a chamada de atenção. A sua primeira tomada de posse ao dizer que existe uma irregularidade, são os únicos que se opõem a votar. O resto que faz é uma deliberação desta Assembleia. Se há irregularidade, não é sua. É uma irregularidade de todos os que votam, mesmo aqueles que votam contra. Certo só a CDU é que não vota. Não há intenção nenhuma de irregularidade e muito se fala aqui duma irregularidade. Consulta advogados e é informado que a lei não é clara e que há Pareceres contrários. No entanto aceita o Parecer da CCDRN mesmo o Parecer não ser vinculativo, aceita e coloca-se à disposição de fazer uma nova Tomada de Posse. Com isto afirma que ninguém tem razão, ou seja, nenhum tribunal dá razão a ninguém. Simplesmente existe um Parecer que não é vinculativo, o qual aceita e não pede mais nenhum Parecer a ninguém e coloca-se à disposição de repor a legalidade. Refere que também ouve aqui ser dito que este Executivo não dá voz aos partidos políticos para o Plano e Orçamento. Afirma que não é verdade. Todos os partidos são convidados por e-mail a terem direito à oposição. Informa que deu ordens às colaboradoras. De seguida pergunta ao Sr. Deputados Vítor se esteve com ele, tendo o próprio confirmado a reunião. Pergunta se toma conhecimento das contas da Junta, antes de saírem no jornal? Afirma que o camarada de partido vem aqui dizer que não. Está correto. Conta a situação. Afirma que chama todas as forças partidárias, o PS esteve representado, pois teve reunião com o PS, aceita e explica tudo direitinho. Esteve sentado com a CDU e explica tudo direitinho, antes de colocar no jornal. Quer transparência pois não está aqui para defender ninguém, está aqui porque o Movimento Rui Moreira entende que o Sr. que aqui esteve não deveria continuar. Está aqui para fazer a diferença, está aqui para olhar pela Junta de Freguesia, está a olhar pelos fregueses e mal chega com 15 dias de Executivo abre um Centro de Dia que se encontrava fechado. Está aqui para fazer a diferença. Estão à vontade para pedirem o quer entenderem, pois está aqui para trabalhar legalmente e às claras. Quer estar na transparência. Agradece a todos os partidos políticos aqui e entende que devem sim desempenhar essa função de escrutínio ao máximo da sua pessoa e de todo o Executivo, pois agora o Executivo não é só Rui Moreira, é Rui Moreira e PSD. Espera destes Membros da Assembleia tudo o que achem que é irregular, pois estão aqui para esclarecer. No entanto, dirige-se ao Sr. Deputado Mário do BE a informar que deu instruções às colaboradoras para fazerem o direito de oposição e até marcar reunião. Existem 3 partidos, o PS, o PSD e a CDU que se apresentam para a reunião. Reúne com eles e também com o PAN. Entende que deve ter acontecido qualquer erro, mas da sua parte tenta consultar os partidos políticos e aceita tudo porque a partir do momento em que é eleito e já o afirmou aqui uma vez, nasceu aqui e o seu único interesse é desta União de Freguesias, o seu único interesse. Termina a sua intervenção e agradece. ----------

Presidente da AF – Solicita aos serviços administrativos o favor de identificar o e-mail do BE e pergunta se não o receberam. Afirma que estes episódios já aconteceram anteriormente se não está em erro e se não haverá erro de escrita. ----------

Presidente da Junta – Afirma que se esquece de dizer algo mas estende que é muito

importante. Chega à freguesia e na 1ª reunião do Executivo deliberam um pedido de auditoria ao GF. É enviada na altura ao Sr. Presidente da Assembleia para fazer chegar a todos os partidos políticos. Também chega o pedido de auditoria. Não está aqui para tapar buracos de ninguém, está aqui para resolver os problemas desta União de Freguesias. ----------

Presidente da AF – Intervém para autorizar a intervenção do Deputado Mário Moutinho, do BE.----------

Mário Moutinho (BE) – Afirma só para esclarecer que o facto de falar que o B.E. não tem conhecimento desta convocatória, deste convite para apresentar propostas para o Plano e Orçamento é efetivamente verdade. Após consultar todos os camaradas que estão aqui, bem como no núcleo do Centro Histórico ou da União de Freguesias, não recebem essa comunicação. Pode ser uma falha quer dos serviços, mas isso é natural, pode ter acontecido. É preciso ver, as funcionárias têm sido de uma extraordinária dedicação ao trabalho que fazem nomeadamente com os partidos políticos e no B.E. têm de agradecer o trabalho incansável e sempre prestável cada vez que solicitam esclarecimentos e pedem colaboração às funcionárias, têm sido ineiscedíveis, mas pode ter acontecido um problema desses. Afirma que não duvida de ter dado indicações no sentido de comunicar. Mas o facto é que o B.E. não recebe. Pode ter ido para um e-mail diferente da estrutura do Bloco ou por qualquer motivo ter acontecido. Pela sua parte, vai saber o que é que aconteceu. Agradece também que da parte da Junta de Freguesia se saiba, para que não volte a acontecer. ----------

Presidente da AF – Informa que os serviços estão a identificar para que e-mail seguiu, mas para abreviar e tentar corrigir, por vezes o e-mail pode ter uma troca de letra e ser o suficiente para não estar correto. Reafirma que vão retificar pois tem todo o interesse em resolver esta situação para não voltar a acontecer. Informa que hoje excecionalmente dá a oportunidade ao público presente para intervir, não se tendo inscrito ninguém para o fazer. De seguida informa os Srs. Deputados que vão proceder à leitura da Minuta da Ata para ser votada. Entretanto dá autorização para o Deputado João Gonçalves, da CDU para intervir, mas quem o pretende fazer é o Deputado Vítor Vieira. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que vai usar a figura da Defesa da Honra apenas por um a questão de facilidade. Informa que realmente a CDU é contactada por e-mail com uma solicitação para envio de propostas para o Plano de Atividades, o que é uma coisa anómala, pois não é isso que diz o Estatuto do Direito à Oposição. O Estatuto do Direito à Oposição diz que há direito de consulta prévia, ou seja, ser consultado sobre algo que existe e não existia nada. É solicitado um conjunto de propostas e dão essas propostas que o camarada acaba de ler aqui nesta Assembleia. Posteriormente há uma solicitação de uma reunião que não se percebe muito bem o que é, mas estão presentes, ele próprio em representação da CDU e nessa reunião, o Sr. Presidente mostra um papel, não lhe entrega nenhum papel, mostra um papel que não tem timbre, tem uns números e por esses números parece que tem um problema grave a nível orçamental. Não é um documento, é um papel.----------

Presidente da AF – Afirma que não é bem a Defesa da Honra. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que a Defesa da Honra vem neste momento. Quando o Sr. Presidente afirma que o seu camarada afirma o contrário do que ele diz, não. O camarada diz que documentalmente fundamentado e não existe documento nenhum que lhe é entregue. Há uma afirmação e não passa neste momento de uma afirmação, têm de ver documentalmente se de facto é assim ou não. De seguida agradece. ----------

Presidente da AF – Afirma que é o Presidente desta Mesa e aproveita para informar que vai ter muita atenção à utilização da Defesa da Honra. ----------

Presidente da Junta – Afirma que ouve o seu camarada de partido dizer o seguinte e passa a citar: "O Sr. Presidente meteu no jornal sem nos dar conhecimento antes", fim de citação, não houve Assembleia. Chama para a reunião e dá conhecimento, mas são pequenos pormenores.

Presidente da AF – Informa que vão passar à fase seguinte. Afirma que a Ata em Minuta já

está pronta, mas com estas novas intervenções, está a ser ultimada. Informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser votada e foi aprovada por unanimidade. Como não existe nada a acrescentar e como temos a Assembleia para o dia 30 de dezembro, deseja a todos um Santo e Feliz Natal para os presentes e famílias. De seguida, deu por encerrada a sessão. Edifício de São Nicolau, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 21 de dezembro de 2021, pelas 23,25 horas. ----------

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário:_____